CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1632/77

INTERESSADO : Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo

ASSUNTO : Edital para o concurso vestibular de 1978

RELATOR : Cons. Alpínolo Lopes Casali

PARECER CEE Nº 1014/77 - CTG - APROVADO EM 23/11/77

I - RELATÓRIO

1. Histórico:

A Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo encaminhou ao Conselho Estadual de Educação o edital relativo ao concurso vestibular para o período letivo de 1978. Em anexo, se encontra xerox dos artigos do Regimento, que tratam do concurso vestibular e da matrícula inicial.

2. Apreciação-Voto do Relator:

A Faculdade, entre a regulamentação ampla dos artigos 17, alínea "a", e 21 da Lei nº 5.540, de 1968, que dispõem sobre o concurso vestibular, e o edital, optou por este. Por conseguinte, deverá enviar anualmente ao Conselho o edital correspondente ao período letivo a que se refere o concurso vestibular. Desta forma, estará atendendo ao disposto na Deliberação CEE nº 26/77 e não haverá dificuldade para a aprovação do relatório atinente ao concurso vestibular.

3. Se bem que bem elaborado, o edital suscita algumas observações:

3.1 - Conforme foi exposto na Indicação - CEE, da qual resultou a Deliberação - CEE nº 26/77, a regulamentação do concurso vestibular, elaborada pelo Ministério da Educação, e Cultura, já não terá aplicação cogente aos estabelecimentos isolados de ensino superior municipais.

3.2 - Após a Lei nº 5.692, de 1971, não será própria a referência a fichas modelo 18 e 19. Presentemente há histórico escolar de 1º e 2º grau.

3.3 - Para a inscrição ao concurso vestibular, o edital exclui os portadores de certificado de aprovação nos exames de madureza ou supletivos. Será assim? O edital. A norma relativa à apresentação dos documentos para a matrícula e a atinente à inscrição estão em conflito. Esta exige de imediato a apresentação de documentos, aquela tolera até o ato do pedido de matrícula.

3.4 -O edital deverá ser claro e positivo: - encerradas as provas, a Faculdade divulgará os nomes dos candidatos classificados, de acordo com a ordem de classificação até, pelo menos, o números de vagas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação. E, em havendo vagas, resultantes de desistência ou caducidade do direito de matrícula, serão convocados novos candidatos, obedecida sempre a ordem de classificação.

3.5 - Os resultados do concurso vestibular terão validade apenas para o período letivo a que se refere. Será obrigatório o comparecimento dos candidatos às provas, sob pena de desclassificação.

3.6 - Será recomendável que haja no edital uma remissão ao Regimento, aplicável, no que couber, ao concurso vestibular e à matrícula inicial.

4 - Caberá à Equipe Técnica do Conselho verificar a matéria relativa aos limites de vagas por turno. Ademais, prestará colaboração à Faculdade para o fim de o edital se ajustar aos termos da presente deliberação.

II - CONCLUSÃO

Aprova-se, nos termos do presente Parecer, o edital relativo ao concurso vestibular a ser realizado na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, para o ano letivo de 1978.

São Paulo, 22 de novembro de 1978

Cons. Alpínolo Lopes Casali - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, José Antônio Trevisan, Luiz Ferreira Martins, Paulo Gomes Romeo e Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 23 / 11 / 1977.

a) Cons. Paulo Gomes Romeo - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 23 de novembro de 1977.

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente